

O trabalhador introduzido pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização ao longo dos anos de 1928-1940 no estado de São Paulo

The worker introduced by the Agriculture, Immigration and Colonization Company over the years 1928-1940 in the state of São Paulo

Jesiane Debastiani*

<https://orcid.org/0000-0003-0227-2029>

Resumo

Com o fim da escravidão tornou-se necessário cada vez mais à mão de obra para a lavoura cafeeira, para auxiliar nesta demanda foram criadas diversos tipos de trabalhos para a introdução de trabalhadores imigrantes, cabe destacar também que havia a presença de nacionais, entretanto estes eram visto como uma segunda opção para os grandes fazendeiros. Nos primeiros anos do século XX observamos o trabalho de diversas companhias ou empresas particulares cujo objetivo era angariar trabalhadores para o estado paulista, entre estas se destacou a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) que introduziu tanto imigrantes como nacionais para o estado de São Paulo. O objetivo do presente artigo é analisar e compreender o trabalho da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização na introdução de trabalhadores imigrantes e nacionais entre os anos de 1928 a 1940, ressaltando aspectos da empresa, como também origem dos imigrantes e contratos estabelecidos entre a CAIC e a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo.

Palavras-chaves: imigrantes; nacional; Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização.

Abstract

With the end of slavery, labor became increasingly necessary for coffee plantations. To meet this demand, various types of jobs were created to introduce immigrant workers. It is also worth noting that there was also the presence of nationals, however, they were seen as a second option for large

* Doutoranda em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp Assis.
E-mail: je_debastiani@hotmail.com

landowners. In the early years of the 20th century, we observed the work of several companies or private enterprises whose objective was to recruit workers for the state of São Paulo. Among these, the Agriculture, Immigration and Colonization Company (CAIC) stood out, introducing both immigrants and nationals to the state of São Paulo. The objective of this article is to analyze and understand the work of the Agriculture, Immigration and Colonization Company in the introduction of immigrant and national workers between 1928 and 1940, highlighting aspects of the company, as well as the origin of the immigrants and contracts established between the CAIC and the Agriculture Department of the state of São Paulo.

Keywords: immigrants; national; Agriculture, Immigration and Colonization Company.

Introdução

O estado de São Paulo ao longo de sua história foi uma região que atraiu um grande contingente de mão de obra, inicialmente para o meio rural e depois com sua industrialização, para as grandes cidades.

Entre os anos de 1928 a 1940 a utilização da mão de obra para o estado paulista envolveu diversos fatores, os quais podemos citar: a produção cafeeira que impactou diretamente na introdução destes trabalhadores, sendo imigrantes e nacionais; o surgimento e criação de empresas particulares cujo objetivo era atender as demandas dos fazendeiros por mão de obra e a política imigratória do Governo Vargas, com sua restrição e seleção e a política de defesa do trabalhador nacional.

Podemos destacar que São Paulo apresentava uma estrutura bem delimitada para o recebimento e encaminhamento destes trabalhadores para o meio agrícola. Com a chegada do século XIX e as primeiras medidas que buscavam por fim a escravidão, os fazendeiros paulistas ao se verem sem sua principal mão de obra passaram a cogitar a vinda de imigrantes para o país. Destaca-se que antes mesmo da Lei Áurea formou-se a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, cujo objetivo era favorecer os fazendeiros no angariamento de trabalhadores.

Em novembro de 1871 a Associação contratou a entrada de 15.000 trabalhadores, mas pelo fim do período apenas 480 pessoas tinham chegado pelo programa. O contrato para 15.000

imigrantes foi então estendido por cinco anos, e de 1875 a 1879 houve o registro de entrada, em São Paulo, de 10.455 pessoas¹.

Juntamente com os escravizados nas fazendas havia a presença de muito nacionais, segundo Karl Monsma o governo do estado de São Paulo poderia ter empreendido um programa de migração nordestina, esta que, segundo o autor, alcançaria os mesmos objetivos na agricultura paulista, pois no ano de 1878 os governos do Ceará como de São Paulo financiaram as passagens para os cearenses se deslocarem para o interior do estado paulista. Além disso, os proprietários de terras que naquele período se beneficiaram da mão de obra cearense se mostraram bastante satisfeitos, porém com a chegada de grandes levas de europeus, os grandes fazendeiros abandonaram a ideia de investir na migração daquela região.

É plausível que o racismo – não somente a crença na superioridade de europeus, mas também a hostilidade aos negros evocada pela rebeldia dos cativos – tenha produzido uma preferência para europeus sobre nordestinos, boa parte dos quais era negra ou pelo menos não branca. Entretanto, um programa incentivando a migração em massa do Nordeste também teria enfrentado a oposição da oligarquia nordestina, que dificilmente teria aceitado a quebra dos laços de dependência dos pobres e a perda de boa parte de “sua” mão de obra aos fazendeiros paulistas. Provavelmente foi uma combinação da facilidade em atrair europeus, da oposição dos fazendeiros nordestinos e do racismo que levou a Assembleia Legislativa de São Paulo a desconsiderar a possibilidade de promover a migração massiva de trabalhadores nordestinos².

Com a instauração de diversas leis que objetivavam o fim da escravidão e posteriormente, ocasionaria uma falta de trabalhadores na lavoura paulista, Nicolau Campos Vergueiro implantou o Sistema de Parceria, onde eram angariadas famílias de imigrantes europeus, principalmente italianas, e enviadas para as zonas cafeeiras do interior, sendo a viagem e o transporte pagos pelos próprios fazendeiros, além das despesas na fazenda. Entretanto este sistema também não apresentou bons resultados devido às pesadas dívidas que recaiam sobre os imigrantes como também a utilização de castigos físicos.

¹ HOLLOWAY. Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo: tradução Eglê Malheiros-Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.62

² MONSMA. Karl. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Paulo: EduFscar, 2021. p.87

Os descontentamentos comuns desacreditaram o sistema de parceria e as iniciativas de organização do trabalho livre nesses moldes, pelo menos. As vicissitudes e o malogro das experiências contribuíram também para desmoralizar a política emigratória para o Brasil, chegando a resultar em restrições sérias e até mesmo na interdição total, por parte de alguns Estados europeus, da emigração para o Brasil³.

Neste contexto surgiram mudanças que colaboraram com a lavoura cafeeira, como o melhoramento nas estradas e a construção de ferrovias o que ocasionou diminuição na mão de obra utilizada para o transporte de café, também podemos mencionar o avanço para novas terras, como o oeste paulista.

Surgiram outras formas de relações de trabalho: a remuneração dos colonos através do pagamento no fim da colheita por alqueire de café e o trabalho fora das plantações pago por salários. No final dos anos de 1860 introduziu-se o salário fixo para o trato do cafezal, o pagamento de salário pela colheita/alqueire. Iniciou-se, ainda, a divisão do trabalho na lavoura cafeeira, com a formação do cafezal e a derrubada de mata realizadas por trabalhadores alheios à fazenda contratados por empreitada⁴.

Ao longo do século XIX os fazendeiros que ainda mantinham em suas terras os imigrantes passaram a utilizar como forma de trabalho o sistema de locação de serviços, sendo o meio de pagamento realizado através de um preço fixo por alqueire de café colhido ou por um salário mensal, além da concessão de um pedaço de terra para o plantio de seu próprio sustento.

No ano de 1870 o governo brasileiro iniciou seu programa de subvenção da imigração, aonde os estrangeiros vinham para nosso país sem as pesadas dividas e os fazendeiros não precisavam financiar com recurso próprio a vinda destes trabalhadores. Destaca-se nesse período o grande contingente imigratório vindo da Itália, esta que naquela época passava por diversas transformações o que consequentemente, facilitava a vinda destes imigrantes para o Brasil.

No final do século observamos surgir o colonato, que se caracterizou pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela

³ COSTA. Emília Viotti da. Da senzala a colônia. 5 ed- São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.147

⁴ GONÇALVES. Paulo Cesar. Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2002. p.50

quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, além de ser baseado no trabalho familiar. Portanto, o colonato não pode ser definido especificamente como regime de trabalho assalariado, já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho⁵

Na região conhecida como oeste paulista a imigração subvencionada ganhou bastante destaque o que posteriormente, trouxe consequências tanto para os ex escravizados como para os nacionais. Com a adesão de uma política imigratória para repor a mão de obra na lavoura, deixou de se importar com um possível destino de trabalho para os negros, que também não faziam mais parte das discussões da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Os brasileiros, principalmente, os negros encarregavam-se das atividades marginais do processo produtivo constituído nos cafeeais. Essas ocupações destinadas, seriam, em grande medida, tarefas sazonais e ao contrário do sistema de colonato, eram remuneradas de forma individual, seja com pagamento mensal ou diário. A maioria dos trabalhadores nacionais teria como destino o trabalho como camarada ou então de ocupações manuais com tarefas mais específica. Todas essas atividades eram subsidiárias ao cultivo do café e necessitavam, se comparadas com a ocupação de colono, de uma quantidade menor de mão de obra⁶.

Com a instauração da República observou-se diversas mudanças no país, podemos citar a Constituição de 1891 que possibilitava maior autonomia para os estados lidarem com as questões imigratórias. Neste contexto destacou-se mais uma vez o estado de São Paulo que agora podendo contar com autonomia na política imigratória ao mesmo tempo em que houve uma elevação do preço do café o que consequentemente, acarretou uma maior arrecadação de capital, possibilitando um grande investimento na imigração subvencionada. É importante mencionar que a partir do ano de 1895 a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo se responsabilizaria pela contratação de agências de introdução de trabalhadores.

⁵ GONÇALVES. Paulo Cesar. Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2002. p.52

⁶ PALMA. Rogério da; TRUZZI. Oswaldo. Imigração e racialização: branquitude e poder no interior paulista (1888-1950). In. Migrações internacionais no interior paulista: contexto, trajetórias e associativismo. São Carlos: EduFScar, 2021. p.129

Apesar deste período da história do Brasil ser considerado como de “livre” imigração havia certa preferência por parte dos intelectuais, políticos e fazendeiros pelo imigrante europeu branco constituído em famílias. Desta forma, no território brasileiro, principalmente no meio intelectual iniciou uma maior atenção a tese de branqueamento, segundo a qual a vinda de imigrantes europeus brancos possibilitaria um melhoramento da sociedade brasileira vista como miscigenada, o que posteriormente, a levaria a um maior progresso.

Entretanto para os cafeicultores paulistas, se ele seria ou não elemento constitutivo de progresso em outro sentido que não o material, era questão de menor importância⁷. Com isso, podemos compreender que naquele período para os cafeicultores paulistas não era importante à missão civilizadora do estrangeiro, mas sim o fato deste suprir a falta de mão de obra no meio agrícola.

Nas primeiras décadas do século XX com o aumento das discussões acerca das questões imigratórias diversos decretos passaram a serem promulgados para controlar a entrada de estrangeiros, podemos citar o Decreto nº 16.761 de 1924, onde tornavam-se proibida a entrada de estrangeiros de segunda e terceira classe com problemas físicos, maiores de 60 anos e que já fossem expulsos de outros países e perigosos a ordem nacional, sendo que no ano de 1927 ocorreu a suspensão da política de subsídio.

Com Getúlio Vargas a presidência do Brasil, no ano de 1930 ocorreram diversas transformações na sociedade, economia, política, como também na política destinada à imigração, a colonização e ao trabalhador nacional. Ao longo do Primeiro Governo Vargas (1930-1945) foram promulgados ao todo 13 decretos referentes aos assuntos de imigração, cujo objetivo era controlar e selecionar os trabalhadores estrangeiros.

Dentre os diversos decretos promulgados temos o Decreto-lei nº 24.215 de 1934 que dispunha sobre a entrada de estrangeiros em território brasileiro que expandia as medidas restritivas, como a proibição a pessoas aleijado, mutilado, cego, surdo mudo, menos de 18 anos e maior de 60 anos, cigano, nômade, analfabeto, que já for expulso de outro país, que não se dedicasse a profissão licita. Desta forma, podemos compreender que no Governo Vargas se encerrava o período de “livre” imigração e se iniciava um período de controle e restrição às correntes imigratórias.

⁷ GONÇALVES. Paulo Cesar. A Grande Imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In História da imigração no Brasil. Luís Reznik (org.). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p.107

Neste contexto o estado de São Paulo também passava por algumas transformações, no início de 1930 algumas medidas levaram a reestruturação do mercado de trabalho paulista: com a Primeira Guerra Mundial ocasionou uma diminuição na entrada de imigrantes, principalmente do Norte da Europa e da região Mediterrânea, somando a isso o desenvolvimento do setor industrial e de uma produção agrícola diversificado do café, como por exemplo, o algodão, e seu avanço para as demais regiões do Brasil possibilitou uma maior integração através das ferrovias com a região Nordeste e Minas Gerais, além disso, o declínio da exploração da borracha no Norte motivou a maior oferta de mão de obra de nacionais para o estado de São Paulo.

A manutenção de boa parte da produção cafeeira, em virtude da política de defesa do café, praticada ao longo dos anos de 1930, e as transformações que foram ocorrendo de forma paulatina, mas constante, na agricultura durante o mesmo período fizeram com que as lideranças da agricultura paulista voltassem a reclamar da escassez de braços para a lavoura. Foi neste contexto que, a partir de 1935, a política de subsídio aos deslocamentos populacionais foi reativada no Estado de São Paulo⁸.

Para o angariamento de trabalhadores também nacionais, o estado de São Paulo retomou a política de subsídio, sendo estes nacionais principalmente da atual região Nordeste e de Minas Gerais, com isso o estado paulista passou a realizar contratos com empresas particulares para a introdução de nacionais. Cabe destacar que apesar do estado de São Paulo ter apresentado esta iniciativa, este se mantinha alinhado com as diretrizes do governo federal.

Para a realização da migração nacional haviam se estabelecido uma grande rede de negócios, como empresas agenciadoras, contratadas em São Paulo pela Secretaria de Agricultura, e seus sócios e agências localizados nos pontos de concentração. Haviam, ainda, subagentes espalhados nos pontos de subconcentração, nos principais municípios repulsores, e nos pousos e vendas ao longo do caminho até Pirapora e Montes Claros. No transporte atuavam as grandes empresas estatais de navegação no rio S. Francisco e as mais diversas embarcações particulares, médias e pequenas, que faziam trajetos de até 100 km. Atuavam também proprietários de caminhões, que percorriam as rotas terrestres, trazendo os trabalhadores, bem como as companhias

⁸ TESSARI, C. A.; COSTA, J. C. Z. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p.08

ferroviárias, notadamente a Central do Brasil (transporte dos pontos de concentração até a capital de São Paulo) e as companhias ferroviárias paulistas (transporte da capital ao interior do estado de São Paulo)⁹

Torna-se interessante destacar o importante papel das companhias particulares que introduziram trabalhadores no estado de São Paulo, através da historiografia sabemos da existência delas, entretanto ainda existem poucos trabalhos que se debrucem a estuda-las e comprehende-las num contexto que envolve a demanda por mão de obra no estado paulista ao mesmo tempo em que a nível federal tivemos o governo centralizador e autoritário de Getúlio Vargas. Desta forma, acreditamos que estas empresas colaboraram para angariar mais braços para a lavoura, apesar da existência de números suficientes de trabalhadores nacionais no estado de São Paulo, o que poderia suprir a constante reclamação pela falta de braços.

Com isso essas empresas atendiam aos interesses de uma das classes influentes do estado paulista, os cafeicultores. Podemos destacar que essas empresas também serviam para auxiliar no processo de colonização, destaca-se como uma importante empresa particular a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC).

A criação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC)

Antes de analisarmos a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) devemos falar brevemente de sua antecessora a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB), criada em 16 de julho de 1928 em São Paulo, no período marcado pelo desenvolvimento do café no interior paulista e também pelo fim do subsídio a imigração, o que incentivaria a criação de empresas particulares que introduzissem trabalhadores na lavoura paulista. Segundo o programa da própria companhia que retratava as reivindicações dos próprios fazendeiros: “A companhia era uma organização de caráter nacional, fundada com o intuito de- por conta dos Governos no Brasil, de Empresas ou de particulares – fornecer braços á Agricultura e á Indústria do nosso país- e da colonização de seu solo”¹⁰.

⁹ TESSARI, C. A.; COSTA, J. C. Z. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p.15

¹⁰ Programa da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil. In Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, Processo 81. p.01-02.

A CGICB apresentava um capital de mil contos de réis e composta por três divisões: Imigração, Colonização e Financeira. Sobre sua composição a Companhia Geral possuía como Presidente Luiz Nazareno Teixeira de Assumpção, que era advogado e o Superintendente Atílio Fávero, que era o fundador e maior acionista da Companhia. Além disso, havia diversos acionistas, sendo uma grande maioria composta por fazendeiros, advogados, diretores de empresas, como da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, da Companhia Prado Chaves.

Entre os diversos objetivos da seção de Imigração, destacavam-se:

Procurará no que lhe permitir a sua espera de ação – auxiliar os Departamentos dos Governos, criados com o fim especial de manterem principalmente a Agricultura nacional provida de braços. E, quando se referir aos imigrantes estrangeiros – se esforçará para que sejam encaminhados para os diversos pontos do Território do País,, os das nacionalidades que mais facilmente se possam adaptar as regiões para onde forem destinados. Encarregar-se-á, outrossim, do fornecimento de mão de obra às Indústrias, a todas as Obras Públicas e as de grande vulto, animando, com uma propaganda honesta e constante, a vinda de capitais e de técnicos especializados nas Indústrias que já prosperaram no País¹¹.

Cabe destacar que não encontramos em parte da documentação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização que se encontra no Arquivo Público do estado de São Paulo documentos que demonstrem que a empresa tinha como objetivos angariar trabalhadores nacionais. Além disso, como apresentado na citação acima a Companhia pretendia trazer imigrantes tanto para trabalharem na agricultura como na indústria, entretanto também não encontramos nas fontes fatos que comprovam que estes estrangeiros foram para as indústrias.

A Companhia Geral manteria uma relação com o imigrante no país, pois posteriormente, buscaria coloca-lo nas colônias da própria empresa, entretanto antes de integrar uma colônia, o estrangeiro deveria se estabelecer por um período de três anos trabalhando nas zonas cafeeiras mais velhas. Desta forma, não desabastecendo as zonas cafeeiras mais antigas. Esse período estaria relacionado ao programa de subvenção do governo. A Companhia também se encarregaria de manter abastecido de braços as zonas cafeeiras mais velhas

¹¹ Programa da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil. In Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, Processo 81. p.03.

nos período em que os imigrantes completassem os 3 anos de trabalho. Caso o estrangeiros não se adequasse as condições da lavoura paulista, este seria repatriado pela própria companhia, sem despesas.

Durante seu curto período de funcionamento a Companhia Geral não obteve êxito no setor de Imigração como também no de Colonização, segundo seu fundador Atílio Fávero, os motivos que levaram a este fato foram devidos a Crise de 1929, a Revolução de 1930 e o Movimento Paulista de 1932. Além disso, a empresa apresentava grande dívidas e pouquíssimo capital em sua seção financeira, o que dificultava a compra e posteriormente, venda de propriedades agrícolas.

Ou seja, uma empresa de loteamento deve dispor de grande capital, para fazer face às enormes despesas de publicidade e às da organização das glebas. Três grupos, interessados diretamente ou não na venda dos sítios, exercearam uma ação decisiva sobre a colonização interior, depois da crise de 1929: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Sociedade Colonizadora Brasileira e a Companhia de Terras do Norte do Paraná¹².

Desta forma, no dia 08 de outubro de 1934 a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil passou por uma reorganização e recebeu o nome de Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) tendo a Companhia Paulista de Estradas de Ferro como mandante e principal acionista.

Foi organizada com o intuito especial de introduzir imigrantes europeus no estado de São Paulo, destinados à agricultura, e proporcionar-lhes após o estágio necessário em fazendas adequadas a aquisição de lotes de terra de cultura com pequena entrada e em longo prazo. Tais terras têm sido escolhidas de preferência na zona servida pelas linhas da Companhia Paulista. Há três categorias de imigrantes a introduzir neste estado: os que dispõem de recursos para, logo de início, se tornarem proprietários, os que tem, mas ainda insuficiente, para tal aquisição, necessitando de completa-los trabalhando, durante um certo lapso de tempo, na lavoura, e finalmente, os que chegam de todo desprovido de recursos e por alguns anos devem trabalhar na agricultura, até a obtenção de pecúlio necessário¹³.

¹² MONBEIG. Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. p.285

¹³ Carta enviada ao Sr. Cônsul Real da Dinamarca. In Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, Outubro de 1935. Número de ordem 24.

Por meio da citação contida no documento encontrado no Arquivo Público do estado de São Paulo podemos compreender que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização continuava a buscar por imigrantes europeus e desta forma, não mencionando em seus objetivos a intenção de trazer nacionais, entretanto tal fato acabou ocorrendo. Também observamos que a empresa venderia terras que passassem pelos trilhos da Paulista a estes imigrantes após um estágio de tempo determinado.

Destaca-se que neste mesmo documento a Companhia de Agricultura menciona que estava em condições de auxiliar na entrada de imigrantes de qualquer país da Europa, sem nenhuma cota de restrição. Tal atitude descrita pela CAIC não condizia com a política imigratória brasileira do Governo Vargas, pois em 1934 foi constituído o sistema de cotas de entrada, além da influência de ideias eugênicas que proibiam a vinda de estrangeiros com deficiência física e psicológica e de determinadas correntes imigratórias.

Dois fatores são importantes para justificar a empresa. Primeiro São Paulo já se apresentava como um mercado dinâmico – o “complexo econômico” de que fala Wilson Cano - justificando a diversificação agrícola que foi essencial para a CAIC, e em segundo lugar a Grande Crise e consequentemente, Depressão que abalaram muitas fazendas e fazendeiros, facilitando sobremaneira a compra e retalhamento das velhas fazendas arruinadas¹⁴.

Segundo a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil¹⁵, a diretoria da CAIC seria composta por cinco membros: um Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Dois Técnicos, um especialista em imigração e o outro em agricultura, sendo os principais diretores Antônio Prado Júnior, Heitor Freire de Carvalho e Edmundo Navarro de Andrade, membros da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

O principal fundador da antiga Companhia Geral, Afonso Fávero, ficou encarregado da Seção de Imigração, entretanto é possível perceber que os ideais do senhor Fávero, muito otimistas e humanitários, no tocante aos processos de imigração e colonização, não coincidiam com os objetivos mais pragmáticos e capitalistas da CPEF e sua controlada a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CARNEIRO, 1985, p.65). Cabe destacar que a Companhia também

¹⁴ CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.

¹⁵ Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 08 de outubro de 1934, número da ordem 15. 07 páginas.

contava com diversos acionistas e que ao longo de sua história ocorreram poucas mudanças em sua estrutura.

Como comentado a CAIC era dividida nas Seções de Imigração e Colonização, sobre a primeira seção podemos mencionar que ela buscou trazer imigrantes europeus para o Brasil, entretanto devido as condições da política externa, da política imigratória brasileira como também a defesa do trabalhador nacional a empresa também trouxe trabalhadores nacionais para o estado de São Paulo.

Na seção de imigração as condições econômicas-políticas da Europa têm entravado bastante os esforços da CAIC e impediram que as correntes imigratórias tomassem o vulto que se desejava e de acordo com as necessidades da agricultura paulista. É indispensável que os elementos que ela venha trazer para o Estado sejam fatores que concorrem para o nosso progresso e não elementos de perturbação e distúrbio. Outra causa que dificulta bastante a vinda de imigrantes europeus está, sem dúvida, nas elevadas tarifas estabelecidas pelas empresas de navegação. Dante do que acima ficou exposto, apelamos, então para o trabalhador nacional de outros Estados, de onde foi possível trazer elevado número de braços para São Paulo¹⁶.

Torna-se interessante mencionar que a CAIC disponibilizava no território brasileiro, principalmente nos pontos de embarque, agências para a vinda destes nacionais, sendo a grande maioria da atual região nordeste.

Comentando brevemente sobre a Seção de Colonização, esta divisão da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, foi a responsável por render maior lucro a empresa, pois com a Crise de 1929 diversos fazendeiros entraram em falência o que acarretou a venda de suas terras e posteriormente, a compra destes latifúndios pela CAIC e seu retalhamento, para posteriormente ocorrer à venda destas terras, principalmente para os imigrantes.

A CAIC foi uma das mais importantes nesse sentido, quando as mudanças na economia forçaram uma mudança de atitudes dos fazendeiros, e o acesso a terra foi amplamente facilitada, por ter se tornado um negócio lucrativo e oportunista. Lucrativo porque havia procura de pequenos lotes por parte de colonos que haviam conseguido amealhar algum pecúlio, e oportunista em razão

¹⁶ Relatório da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 1936. p.14-15.

da Grande Crise responsável pela falência de inúmeras fazendas e consequentemente facilidade de loteamento das mesmas¹⁷.

Esta seção também realizava diversas propagandas tanto no Brasil como no exterior para a venda de suas terras, como comentado o objetivo era a venda para os estrangeiros. Em relação ao modo como se desenrolaria a venda desses lotes, a Companhia apresentava duas maneiras: a primeira com um compromisso de venda e compra e segundo, por meio de uma escritura para a venda e compra, onde o comprador pagava uma hipoteca ao antigo dono, além de penhorar a produção do cafezal. Cabe destacar que o primeiro modo era o mais aceito pelos compradores.

Na documentação analisada no Arquivo Público do Estado de São Paulo encontramos diversos contratos de terras adquiridas pela CAIC. Como exemplo podemos citar o primeiro contrato¹⁸ que traz a venda de terras do Núcleo Colonial de Fazendinha no município de Descalvado, o comprador trata-se de Francisco Perini que adquiriu um lote de 29,70 alqueires pago em seis prestações anuais de 5:000\$000. O segundo contrato¹⁹ demonstra a venda de terras ao senhor Sebastião Cordeiro, que adquiriu as terras do Núcleo de São Joaquim, no município de São Carlos. Tal núcleo resultou no retalhamento da mesma fazenda o que gerou a compra de dois lotes no tamanho de 20 alqueires cada. Também havia interesse na compra de terras por parte dos demais países, como exemplo, um ofício²⁰ em que os países Bálticos se mostravam dispostos a comprarem lotes de terras da CAIC no ano de 1936.

No mês de dezembro de 1936 a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização enviou uma carta ao Cônsul da Polônia referente à aquisição de terras por parte do governo polonês, tal governo pretendia comprar uma grande gleba de terras no estado de São Paulo para localizar seus poloneses, desta forma, a CAIC dispôs das terras situadas na Zona Alta Paulista, localizada no ponto final da linha férrea da Companhia Paulista, entre a estação da cidade da atual Pompéia até atingir o município de Tupã. As terras seriam de 20.000 alqueires pelo preço de 500 mil réis, podendo ser pagos a vista ou

¹⁷ CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.

¹⁸ Contrato de compromisso de venda e troca da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 1937.

¹⁹ Contrato de compromisso de venda e troca da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 1937.

²⁰ Ofício entre Jocubas Feodorovas e a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 10 de Janeiro de 1936, número de ordem 31.

com uma entrada inicial de 30% e o restante em prestações iguais, acrescidas de juros de 8% ao ano²¹.

Podemos compreender pelos arquivos consultados que a Seção de Colonização foi bastante ativa ao longo do funcionamento da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, sendo que as terras adquiridas eram principalmente por onde passavam os trilhos da Companhia Paulista. Cabe destacar que as atividades da CAIC no setor de Colonização colaboraram para o surgimento de algumas cidades, como: Santa Fé do Sul, Rubinéia, Santa Clara D'Oeste, Adamantina, Santana da Ponte Pensa, Lucélia, segundo a história destas cidades como também o trabalho realizado por Honório de Souza Carneiro²².

Os trabalhadores angariados pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização

Através da documentação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização que em parte se encontra no Arquivo Público do estado de São Paulo e que esta não se encontra de maneira seriada, digamos que de forma esparsa, tivemos acesso aos ofícios, contratos, cartas acerca da entrada de imigrantes e de trabalhadores nacionais para o estado de São Paulo.

Inicialmente abordando sobre a entrada de imigrantes para o estado paulista, a CAIC deveria obter a autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio segundo o artigo 10, do Decreto Federal nº24.215 de 19 de maio de 1934. “Quanto às exigências do artigo 10, do regulamento que baixou com aquele Decreto, serão oportunamente satisfeitas pelo Governo do Estado, que determinará a quantidade e a nacionalidade dos imigrantes a serem introduzidos”²³. Segundo o artigo 10 do decreto citado acima nenhuma empresa poderia promover a imigração sem a autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

A CAIC para a introdução de imigrantes deveria seguir algumas exigências, sendo estas relacionadas à seleção dos imigrantes, em um contrato

²¹ Carta entre o Consul da Polônia e a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 01 de dezembro de 1936, número da ordem 03.

²² CARNEIRO. Honório de Souza. A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.

²³ Ofício do Gabinete do Secretário da Agricultura a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 06 de novembro de 1934.

realizado entre a Secretaria de Agricultura e a Companhia para a introdução de 30 mil imigrantes no período de três anos, contando a partir de 1934:

Os imigrantes seriam agricultores, constituídos em famílias, tendo cada uma pelo menos 3 pessoas aptas para o trabalho, homens ou mulheres, de 12 a 50 anos; considerando-se excepcionalmente como trabalhador apto duas crianças cuja idades somadas alcançem mais de 15 anos. Seriam aceitas famílias e solteiros de profissões úteis a agricultura, na proporção de 5% das famílias agricultoras, estabelecida pelo artigo 44 do decreto nº 2.400²⁴.

Segundo o contrato citado acima havia uma seleção feita para os imigrantes, primeiramente todos deveriam apresentar boa conduta física e psicológica, serem adequados para o trabalho agrícola e de preferência constituídos em famílias. A CAIC também era proibida de transportar imigrantes considerados “indesejáveis” e perigosos à ordem nacional de acordo com a política brasileira. O preço para o transporte de cada imigrante seria de dezessete libras esterlinas.

Outro ofício²⁵ da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo destinado a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização tratava do contrato para a introdução de 10 mil imigrantes europeus, sendo discriminada a quantidade e as nacionalidades exigidas pela Secretaria de Agricultura, tendo Romenos 2 mil, Húngaros 300, Austríacos 1.000, Iugoslavos 1.000 e espanhóis e italianos a quantidade de 5.700. Com isso podemos perceber que determinadas nacionalidades que não apresentavam números expressivos em suas imigrações começaram a se fazer presentes a partir da década de 1930, podemos citar como exemplo a imigração de romenos, húngaros, austríacos.

Através da documentação tivemos acesso a diversas cartas entre a Companhia e diversos países que apresentavam interesse em enviar para o território brasileiro os seus nacionais, entre estes países destacou-se a Dinamarca. Inicialmente o Consulado da Dinamarca em outubro de 1935 solicitou informações através de um ofício²⁶ acerca da CAIC e relatórios da Companhia Paulista, cujo interesse era o envio de dinamarqueses para São Paulo.

²⁴ Contrato entre a Secretaria de Agricultura e a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 1934, nº de ordem 01, p.02

²⁵ Ofícios da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Industria e Comércio a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 19 de novembro de 1936, nº da ordem 26.

²⁶ Ofício do Consul Real da Dinamarca a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 28 de outubro de 1935, nº da ordem 28, p.1

Em um ofício do Consul Real da Dinamarca, a Companhia primeiramente descreve os objetivos para a introdução de imigrantes no território nacional:

Há três categorias de imigrantes a introduzir neste Estado: os que dispõem de recursos, para, logo de início, se tornarem proprietários; os que tem mas ainda insuficientes para tal aquisição, necessitando completa-los trabalhando durante um certo lapso de tempo na lavoura; e finalmente, os que chegam de todo desprovidos de recursos e por alguns anos devem trabalhar na agricultura, até a obtenção do pecúlio necessário²⁷.

No mesmo documento a Companhia relata a situação vivenciada por muitos países da Europa ao longo da década de 1930:

A Europa inteira atravessa uma crise de falta de trabalho, motivada, sobretudo pela política de restrições de produção e de comércio, e vários países procuram meios de colocar alhures ou desempregados, cuja manutenção tem sido extraordinariamente dispendiosa. Muitos deles, facilitam por todos os modos a saída dos sem trabalho, custando-lhes o transporte e fornecendo-lhes elementos para o seu estabelecimento no estrangeiro²⁸.

Torna-se interessante destacar que apesar de haver no período analisado por este artigo uma política de restrição e seleção as correntes imigratórias, como também a Lei de Cotas, a CAIC se mostrava disposta a introduzir imigrantes de qualquer país da Europa e sem seguir as cotas de restrição.

A nossa Companhia vem colaborando com esses governos, de modo a facilitar não só a vinda de tais elementos, mas ainda dando toda assistência aos que aportam a este Estado. Como a este respeito a nossa empresa tem caráter semioficial, estamos em condições de obter a entrada de imigrantes, agricultores, de qualquer país da Europa, sem nenhuma cota de restrição motivada pela sua nacionalidade e sem nenhuma exigência de depósito de dinheiro para a entrada no país²⁹.

²⁷ Carta ao Consul Real da Dinamarca. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 29 de outubro de 1935, nº da ordem 25, p.03.

²⁸ Carta ao Consul Real da Dinamarca. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 29 de outubro de 1935, nº da ordem 25, p.04

²⁹ Carta ao Consul Real da Dinamarca. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 29 de outubro de 1935, nº da ordem 25, p.04

Os espanhóis também foram um nacionalidade em que a CAIC se interessou em trazer para as terras paulistas, em um ofício³⁰ acerca da vinda de 100 famílias espanholas no ano de 1936, entretanto os eventos políticos que estavam ocorrendo na Espanha estavam dificultando o embarque desta nacionalidade. É interessante destacar que os espanhóis eram vistos como imigrantes desejáveis para o governo brasileiro:

Pois comparando-se com os italianos, portugueses e alemães, os espanhóis eram os que mais se caracterizavam como trabalhadores agrícolas (na condição de colono ou de pequeno proprietário), dando preferência às áreas de ocupação mais recentes na época, onde as oportunidades de acesso à terra eram mais amplas³¹.

Um grupo que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização teve bastante contato foram os fugitivos, logo que a Companhia foi reorganizada realizou uma proposta³² a União da Atividade dos Germânicos da Rússia e da Polônia para a introdução de três mil famílias camponesas de fugitivos da Rússia e da Polônia.

Essas famílias ficariam localizadas em propriedade particulares que apresentassem o cultivo de café, algodão, laranjas, cana de açúcar, tendo que permanecerem pelo período de um ano para que se adaptassem aos costumes da cultura brasileira. Após este estágio de um ano, essas famílias receberiam um lote de cinco alqueires por cada família e uma casa de tijolo para morarem. As famílias seriam compostas de cinco pessoas, tendo em média quatro aptas para o trabalho agrícola. A CAIC ficaria responsável pelo transporte de terceira classe dos estrangeiros dos pontos de Hamburgo ou Bremem a Santos, sendo que a alimentação e o essencial para a sobrevivência seria também custeado pela empresa até o período em que os imigrantes conseguissem emprego remunerado.

Através dos dados encontrados nos documentos acerca da vinda destas famílias fugitivas podemos compreender algumas informações, primeiramente a idade variava entre menos de um ano a 53 anos, religião sendo todos

³⁰ Ofício da Companhia Comercial e Marítima a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 10 de janeiro de 1936, n° de ordem 18.

³¹ TRUZZI, Oswaldo; PALMA, Rogério da. A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso. Contemporânea, v. 4, n. 2 p. 461-480, Jul.-Dez. 2014. p.07

³² Proposta da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização a União de atividades dos fugitivos da Rússia e da Polônia. 23 de novembro de 1934, n° da ordem 60, p.1-03.

evangélicos, de profissão agrícola, a maioria se apresentando como sem nacionalidade e sua ultima residência tratava-se da Alemanha.

Em 1937 a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização introduziu no território paulista imigrantes da região Banat, situada atualmente entre os países Romênia, Hungria e Sérvia.

Analisando, de acordo com a historiografia, os motivos que levaram a vinda de imigrantes romenos para o Brasil, podemos considerar que em 1920 houve a unificação da região da Bessarábia pela Romênia, ocorrido logo após a Primeira Guerra Mundial, desta forma, iniciou-se um processo de nacionalização neste território, o que exigia a assimilação forçada das minorias étnicas existentes naquela região. Por um período de aproximadamente vinte anos a região da Bessarábia esteve sob o domínio romeno, desta forma, os cidadãos que nascessem nesta região eram automaticamente considerados romenos.

As diversas políticas implantadas na região, implicaram também reformas agrárias que aumentaram a taxação de impostos para a população rural, não-romena, e dificultaram a obtenção de terras para a lavoura. Nessas condições, o governo romeno tinha interesse direto em expatriar vastas populações não romenas dos territórios recém-anexados, através da organização do fluxo migratório para os países sul-americanos, e, sobretudo, para o Brasil³³.

Com isso, o governo romeno compreendia que o território brasileiro poderia ser um possível local para enviar seus nacionais indesejáveis. Entretanto de acordo com a política imigratória brasileira, estes imigrantes eram considerados bem vistos, pois eram europeus brancos que auxiliariam a sociedade brasileira no seu progresso.

O segundo documento referente à Romênia trata-se de um ofício segundo o qual o número de imigrantes europeus que proponho introduzir, a título de experiência é de aproximadamente 1.000 imigrantes. “O meu trabalho de angariamento destas famílias será desenvolvido no Banath (Romênia-Hungria) onde irei angariar de 20 a 25 famílias para experiência de serviço”³⁴. As condições de seleção para estes trabalhadores em geral, eram as mesmas para todos os contratos de introdução de imigrantes realizado pela Companhia. De

³³ RUSEISHVILI. Svetlana. Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re)formulação de identidade após a Revolução Bolchevique de 1917. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016. p.110

³⁴ Ofício da Companhia de Agricultura Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 15 de janeiro de 1937, nº do processo 28.

acordo com os arquivos consultados o total de famílias romenas introduzidas foi de 70 pela CAIC.

Também encontramos ofícios sobre a vinda de russos e teuto-russos para o estado de São Paulo através das ações CAIC, antes de iniciarmos a análise destes documentos torna-se interessante destacar o contexto histórico que levou esses imigrantes a deixarem seu país e se dirigirem ao Brasil.

As primeiras levas de imigrantes russos que vieram para o Brasil chegaram em 1870, sendo camponeses pobres que buscavam meios para uma vida mais digna. O fluxo em larga escala de imigrantes do Império Russo para o Brasil em 1890-1891 foi possível por razões externas e internas. As razões externas para a Rússia incluem a introdução de medidas de imigração do governo brasileiro: bilhetes gratuitos de navio a vapor, alocação de terras, pagamento de salários, incentivos às empresas de navios a vapor para entregar migrantes acima de um determinado número, e o trabalho ativo de entre a população russa. Causas domésticas para a Rússia incluíram a crise económica; a fome causada pelas colheitas pobres de 1889 e 1891; a alta proporção de sem-terra e pobres camponeses; o subdesenvolvimento da indústria fabril e os baixos salários. a fome causada pelas colheitas pobres de 1889 e 1891; a alta proporção de sem-terra e pobres camponeses; o subdesenvolvimento da indústria fabril e os baixos salários³⁵ (RYAZANTSEV, 2023, p.824).

Segundo Vorobieff ocorreram três momentos da imigração russa para o Brasil. O primeiro se iniciou com o movimento revolucionário de 1905, o que acarretou a vinda de várias pessoas para o interior paulista, principalmente para Nova Odessa.

O segundo momento foi devido aos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa e levou ao êxodo membros do exército branco, leais ao Czar Nicolau II, opositores do novo regime, grandes proprietários de terra, empresários de diversos setores econômicos, integrantes da elite intelectual e do clero³⁶.v

³⁵ RYAZANTSEV. Sergey V; SMIRNOV. Alexey V; TRUZZI. Oswaldo Mario Serra; RUSEISHVILI. Svetlana. Emigration from the Russian Empire to Brazil in the late XIX and early XX centuries. Published in the USA. Bylye Gody. 2023. 18(2): 842-857. p.824

³⁶ WEBER. Regina; GRITTI. Isabel Rosa. Imigração russa no sul do Brasil: esboço de interpretação. Antíteses, Londrina, v.15, n.30. p.263-291, jul-dez 2022. p.286

E o terceiro momento ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial, de 1945 até 1950, que vieram para o país os russos que estavam na China, seja pela construção da estrada de ferro Transiberiana ou os que estavam fugindo da Revolução de 1917 e foram para a China e agora fugiam da Revolução Chinesa.

No final do século XIX, momento em que se iniciou a chegada dos russos para o território brasileiro, esta imigração era formada por camponeses que se deslocavam em direção aos atuais estados do Sul do Brasil. Nestes estados cultivavam trigo, milho, feijão, batata, beterraba, alimentos devido ao solo propício para este tipo de plantação. Torna-se interessante mencionar que os jornais estrangeiros recorrentemente escreviam sobre os fatos negativos de emigrar para as terras brasileiras.

A questão da emigração não é colocada em bases legais no Brasil... A taxa de mortalidade, especialmente entre crianças, é enorme. Os colonos que chegam... são colocados em quartéis... eles dormem em quartos apertados, em barro pisos, sem mesmo palha para cama... A qualidade da terra é muitas vezes tão ruim que muitos emigrantes abandonam e se voltam para a mendicância; as meninas que crescem se tornam prostitutas, e aquelas que são capazes, sendo completamente arruinado, voltar ao seu país natal³⁷..

Outro grupo do Leste europeu que a CAIC se interessou em trazer para o Brasil foram os lituanos, sabemos que a primeira leva de imigrantes da Lituânia que se dirigiu a São Paulo veio em 1926, sendo a grande maioria composta por camponeses que fugiam dos efeitos causados pela Primeira Guerra Mundial. A segunda leva de imigrantes lituanos veio no contexto da Segunda Guerra Mundial, composto de profissionais qualificados.

Os lituanos passaram a ser identificados pelos registros brasileiros a partir de 1918, data da independência daquele país. “De acordo com o IBGE, ingressaram no Brasil 28.334 lituanos. Nas “entradas calculadas” constam 78.635. Os dados de São Paulo registram o ingresso de 20.918 lituanos sendo 16.625 classificados como católicos e 4.293 como acatólicos” (ZEN, 2010, p.47).

Nos documentos consultados encontramos um ofício³⁸ datado em 1935 e escrito pela Companhia Báltico-Brasileira de Comércio e Colonização acerca

³⁷ RYAZANTSEV. Sergey V; SMIRNOV. Alexey V; TRUZZI. Oswaldo Mario Serra; RUSEISHVILI. Svetlana. Emigration from the Russian Empire to Brazil in the late XIX and early XX centuries. Published in the USA. Bylye Gody. 2023. 18(2): 842-857. p.851

³⁸ Ofício da Companhia Báltico-Brasileira de Comércio e Colonização à Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 27 de setembro de 1935, n° da ordem 12

do transporte de 300 famílias da Lituânia para o Brasil. Em novembro de 1935 a CAIC respondeu o ofício e enviou uma carta³⁹ a mesma companhia concordando com o transporte destes imigrantes e descrevendo todas as exigências referentes à seleção destes estrangeiros para a lavoura.

Por meio do ofício compreendemos que no ano de 1936 havia embarcado mais uma leva de imigrantes da Lituânia, sendo que embarcaram em Hamburgo, com destino ao estado de São Paulo. “Possivelmente este transporte compreenderá 22 famílias, sendo 12 de nacionalidade lituana e 10 de nacionalidade alemã (teuto-russa). O embarque será feito de acordo com o que foi combinado em tempo em relação ao contrato de 500 famílias”⁴⁰.

No Arquivo Público do estado de São Paulo também encontramos documentos acerca da introdução de nacionais. Com o decréscimo da entrada de imigrantes para o Brasil e a adoção de uma política de defesa do trabalhador nacional, os fazendeiros tiveram que contar com números expressivos de nacionais.

Depois de 1930 aparecem novos padrões de migração; a imigração internacional diminui e quase se anula, por causa, primeiro do impacto causado pela grande depressão e, segundo, devido ao fim do programa de subsídio para imigrantes e ao estabelecimento de um sistema restrito de cotas para futuras imigrações; pela primeira vez na história brasileira, grandes migrações internas ocorrem do Nordeste e do Leste para São Paulo e para outros estados do Sul, substituindo, primeiramente os imigrantes e seus descendentes que abandonavam rapidamente as plantações de café nas áreas rurais⁴¹.

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização se viu obrigada a introduzir trabalhadores nacionais no território paulista, sendo que de acordo com os documentos consultados, suas ações com os nacionais se iniciaram no ano de 1935. Torna-se interessante destacar que a CAIC não se mostrava favorável em lidar com essa migração, alegando as péssimas condições em que chegavam estas pessoas.

³⁹ Carta da CAIC a Companhia Báltico-Brasileira de Comércio e Colonização. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 14 de novembro de 1935, nº da ordem 17.

⁴⁰ Ofício de Theodor Wille e Companhia a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 14 de julho de 1936, nº da ordem 136.

⁴¹ GRAHAM. Douglas H.; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. Migrações internas no Brasil: 1872-1970. P. 47

Analisando a documentação encontrada no Arquivo Público do estado de São Paulo, encontramos o primeiro contrato⁴² sobre nacionais entre a Companhia e a Secretaria de Agricultura, realizado no ano de 1935 para a introdução de 10 mil nacionais, para tal ação a CAIC organizou agências em diversas partes do país. A primeira organização foi no porto de São Luís que ficaria responsável pelos estados do Maranhão e Piauí. A segunda organização estaria localizada em Fortaleza para atender os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, totalizando 10 embarques com 542 pessoas referentes a estas agências.

Destaca-se que foi criada uma agência em João Pessoa que atenderia as regiões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Entretanto segundo a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, esta estava tendo dificuldades em angariar trabalhadores de Paraíba, por parte do governo, acreditamos que tal ação em oposição à saída destes nacionais fosse devido à falta de mão de obra que causaria naquele local. Em Maceió no ano de 1935 também foi organizada uma agência para a introdução de pessoas dos estados de Alagoas, sul e oeste de Pernambuco e norte do estado de Sergipe totalizando 2.475 pessoas angariadas para o território paulista.

Na Bahia a CAIC organizou uma agência com alojamento e serviço de inspeção médica para concentração e para facilitar as famílias de trabalhadores do sertão dos estados do Nordeste do país. No momento de sua criação a agência conseguiu introduzir 199 trabalhadores para a lavoura paulista, restando aproximadamente 1000 famílias prontas para o embarque.

Em Porto Alegre a Companhia estruturou uma agência para auxiliar no embarque de trabalhadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no total foram embarcados 662 trabalhadores. Segundo o contrato da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, no ano de 1936 as agências apresentaram os seguintes números: São Luís do Maranhão 13 agricultores, Fortaleza 542, Natal 44, Recife 17, Maceió o número de 2.475, Juazeiro da Bahia 199, Porto Alegre 662 e diversas procedências o valor de 212, o que totalizou 6.122 trabalhadores nacionais.

Através dos dados apresentados podemos compreender que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização conseguiu estruturar agências em diversas partes de país, inclusive na atual região sul do país, entretanto a única agência que não teve êxito foi a de João Pessoa, não é

⁴² Contrato entre a CAIC e a Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 22 de novembro de 1935.

mencionado no contrato os motivos que levaram o governo estadual a não cooperar e autorizar o angariamento destes trabalhadores.

Para Odair da Cruz Paiva que analisou os processos de pedidos de trabalhadores nacionais, “a condição para a liberação dos trabalhadores era expressa não apenas pela sua vontade de migrar, mas sim por serem ou não necessários economicamente na região” (PAIVA, 2004, 110). Desta forma, acreditamos que em algumas regiões o êxodo de trabalhadores rurais poderia afetar os negócios dos agricultores locais, o que dificultava a vinda destes nacionais para o estado de São Paulo.

No ano de 1936 a CAIC realizou um contrato com a empresa de navegação Deocleceano Costa para a vinda de trabalhadores de Paraíba e Alagoas.

Segundo o contrato os trabalhadores selecionados deveriam apresentar perfeita saúde, serão de profissão agrícola, constituídos em famílias tendo cada uma pelo menos 3 pessoas aptas para o trabalho com idade de 12 a 50 anos. Todos os trabalhadores e as pessoas de suas famílias deverão ser examinadas por médico do lugar do seu domicilio, que atestará a sua saúde e validez; ser vacinados – pelo menos no porto de embarque⁴³.

Como podemos compreender as mesmas exigências feitas nos contratos aos imigrantes eram solicitadas aos nacionais, principalmente no que tange a seleção destes trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o surgimento de diversas medidas que buscavam por fim a escravidão se tornou necessário segundo os cafeicultores de mão de obra para a agricultura. Para tal objetivo havia os nacionais, entretanto estes eram vistos como uma segunda opção, então se iniciou o processo de introdução de trabalhadores imigrantes para o território paulista.

Com a imigração apresentando expressivos números, o café em pleno desenvolvimento nas regiões mais novas, como o oeste paulista, surgiu empresas particulares que buscavam auxiliar os cafeicultores paulistas no angariamento de estrangeiros.

Neste contexto destacou-se a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização criada em 1934 e tendo a Companhia Paulista como sua principal

⁴³ Contrato entre empresa Deocleceano Costa e a CAIC. Arquivo Público do estado de São Paulo. CODASP, 24 de agosto de 1936, nº da ordem 15. p.01-02.

acionista. Neste novo período da CAIC, esta conseguiu angariar um maior número de trabalhadores tanto imigrantes como nacionais e realizar seu projeto de colonização, que envolvia a compra de terras de fazendas decadentes e posteriormente, sua venda principalmente para estrangeiros, torna-se interessante mencionar que as terras adquiridas passavam próximo ao trajeto em que a Paulista era responsável, o que favorecia esta ultima empresa.

Segundo a documentação consultada no Arquivo Público do estado de São Paulo, que não se encontra seriada, podemos compreender alguns aspectos da Seção de Imigração da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, principalmente as exigências de seleção tanto de imigrantes como os nacionais e as nacionalidades que a empresa trouxe para o estado paulista.

Podemos compreender que a grande maioria dos imigrantes introduzidos pela CAIC era do Leste Europeu, correntes imigratórias que até aquele momento apresentavam números poucos expressivos, cabe destacar que também temos poucos dados sobre essa corrente imigratória para o Brasil, como também os motivos que levaram a estes estrangeiros a imigrarem para outro território. Outra corrente imigratória que merece destaca são os dinamarqueses, onde encontramos uma série de arquivos que demonstram o enorme interesse destes nacionais para virem ao Brasil, além disso, tanto os imigrantes do Leste Europeu como da Dinamarca tratavam-se de estrangeiros considerados “desejáveis”, pois eram europeus brancos.

Os nacionais como já comentado neste trabalho eram vistos como uma segunda opção para os fazendeiros, sendo que até os anos de 1920 a eles eram relegados diversos estereótipos como indolentes, preguiçosos, pessoas que não se adaptavam ao trabalho agrícola, entretanto a partir da década de 20 observamos por parte do governo federal como paulista um projeto de reverter essa imagem, ou seja, demonstrando aos intelectuais e fazendeiros que os nacionais eram bons trabalhadores e não havia motivos para não utilizá-los nas fazendas, principalmente num momento em que existia um decréscimo na entrada de imigrantes no país. Com isso, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização se viu obrigada a introduzir também os nacionais, mesmo mostrando que não era muito favorável a esta ação, sendo que a grande maioria era da atual região nordeste do país, e alguns da região sul e sudeste.

Para a introdução tanto de imigrantes como nacionais havia uma seleção baseada em ideias eugênicas, que estavam presentes no meio intelectual brasileiro, desta forma, era proibida a entrada de negros, ciganos, nômades,

tendo que haver uma seleção física e psicológica dos trabalhadores, estarem aptos ao trabalho agrícola e a idade não poderia ser superior a 50 anos, entretanto ao longo dos estudos realizados para este trabalho encontramos dados de pessoas em idade superior a de cinquenta anos. Cabe destacar que mesmo com a seleção os fazendeiros continuavam a reclamar dos nacionais que chegavam ao território paulista, alegando a péssima saúde física destes e retomando a preferência por imigrantes.

Desta forma, podemos concluir que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização ao longo dos anos de 1928 a 1940 conseguiu atuar tanto no projeto de colonização como no de imigração, entretanto possivelmente tivesse mais êxito na introdução de imigrantes, como o próprio presidente mencionou nos documentos, se a Europa não estivesse passando pelo contexto histórico do período, o que dificultava a saída de determinadas correntes imigratórias, e consequentemente, a fez recorrer ao braço nacional.

Arquivos

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Fundo Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, item “Terras, Colonização e Imigração”- Processos de introdução de trabalhadores na lavoura.

CODASP (1928-1967)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO. Honório de Souza. **A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961.** São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.

COSTA. Emilia Viotti da. **Da senzala a colônia.** 5 ed- São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GONÇALVES. Paulo Cesar. A Grande Imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In **História da imigração no Brasil.** Luís Reznik (org). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. Pp.91-132

GONÇALVES. Paulo Cesar. **Migração e mão de obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2002.

GRAHAM. Douglas H.; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. **Migrações internas no Brasil: 1872-1970.**

HOLLOWAY. Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo:** tradução Eglê Malheiros- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MONBEIG. Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONSMA. Karl. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914.** São Paulo: EduFscar, 2021.

OLIVEIRA, Giani Vendramel de. **A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o Processo imigratório no Estado de São Paulo (1928-1961).** Dissertação de Mestrado. Maringá, PR. 2010.

PAIVA. Odair da Cruz. **Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950).** Bauru, SP. EDUSC, 2004.

PALMA. Rogério da; TRUZZI. Oswaldo. Imigração e racialização: branquitude e poder no interior paulista (1888-1950). In. **Migrações internacionais no interior paulista: contexto, trajetórias e associativismo.** São Carlos: EduFScar, 2021.

RUSEISHVILI. Svetlana. **Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re)formulação de identidade após a Revolução Bolchevique de 1917.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016.

RYAZANTSEV. Sergey V; SMIRNOV. Alexey V; TRUZZI. Oswaldo Mario Serra; RUSEISHVILI. Svetlana. Emigration from the Russian Empire to Brazil in the late XIX and early XX Centuries. Published in the USA. **Bylye Gody.** 2023. 18(2): 842-857.

TESSARI, C. A.; COSTA, J. C. Z. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 513-540, 2019.

TRUZZI. Oswaldo; PALMA. Rogério da. A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso. **Contemporânea**, v. 4, n. 2 p. 461-480, Jul.-Dez. 2014.

WEBER. Regina; GRITTI. Isabel Rosa. Imigração russa no sul do Brasil: esboço de interpretação. **Antíteses**, Londrina, v.15, n.30. p.263-291, jul-dez 2022.

O trabalhador introduzido pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização...

ZEN. Erick Reis Godliauskas. **Imigração e Revolução: lituanos, poloneses e russos sob a vigilância do Deops.** São Paulo, Editora da USP. 2010.

Artigo recebido para publicação em 01/05/2025 e aprovado em 24/09/2025.